

O MONSTRO FRIO DA NECROFILIA GOVERNAMENTAL

Renato Nunes Bittencourt¹

REIS, Diego. O governo da emergência: Estado de Exceção, guerra ao terror e colonialidade. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020, 389p.

Vivemos em um período histórico no qual a truculência e a ignorância desavergonharam-se e assim tornaram-se naturalizadas nas estruturas políticas como o *modus operandi* fundamental para o exercício eficiente do poder governamental. Podemos afirmar que essa é uma das grandes ideias dentre as muitas desenvolvidas por Diego Reis em seu livro **O governo da emergência: Estado de Exceção, guerra ao terror e colonialidade**. A racionalidade crítica não é o bem mais compartilhado na humanidade, mas sim disposições como o medo e o ódio. Através desse binômio governanças autoritárias avessas ao progresso social manipulam a opinião pública e estabelecem sórdidas pautas políticas reacionárias que perpetuam as disparidades sociais e os benefícios indébitos da plutocracia. Tudo isso dentro de sofisticadas regras institucionais amadurecidas por gerações e gerações de pessoas comprometidas em forjar uma sociedade regida pela isonomia e pelo senso republicano de vida comum. Ora, por detrás da máscara de bom ordenamento jurídico-político o poder disruptivo tão apreciado por indivíduos e organizações autoritárias orchestra suas ações antidemocráticas, utilizando-se inclusive de instrumentos criminosos para efetivar o seu jugo destrutivo sobre a esfera pública. Eis assim uma governança mafiosa-miliciana que agarra ferozmente toda tentativa de oposição ao seu exercício de violência. Os fluxos securitários de controle dos corpos se materializam nas redes capilares de individuação e de subjetivação pelo medo. De nada adianta a efetivação de uma civilização tecnológica regida pela eficiência e pelo controle sobre as forças da natureza se vivemos submissos ao medo da agressão aleatória, da ação imperiosa de poderes verticalizados que estabeleceram de antemão as regras do jogo de nossa moralidade ultraliberal, em que somente na privatização das formas de vida encontramos as condições mínimas de segurança social e de conforto moral.

A mesma governança que se pavoneia com um discurso moralista-teocrático-reacionário é também a que comete os mais grotescos crimes contra a ordem pública e que

¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ

massacra a população socialmente desassistida em nome da lucratividade dos seus investidores. Seja na Guerra ao Terror ou na ação repressiva ao narcotráfico, a gestão normativa da governança securitária exerce um conjunto procedimentos impactantes para seduzir a opinião pública e fomentar a narrativa maniqueísta do “nós contra eles”, de um lado o “cidadão de bem” e de outro a delinquência que deve ser eliminada para melhor vantagem do sistema capitalista que, todavia, também prospera com a situação de insegurança, precariedade e incerteza que afligem os grandes contingentes populacionais que convivem a cada dia com as ameaças concretas de perda da vida e da dignidade existencial. A humilhação muda se torna a tônica para o homem comum, desprovido de direitos civis basilares. O poder de violência legitimado pelo Estado-Nação e seus órgãos repressivos apresenta os seus danos colaterais contra a própria sociedade civil, ela mesma imputada veladamente como a grande força inimiga a ser adestrada e combatida. Enquanto isso os grandes sócios da devastação social vivem no fausto dos seus condomínios de luxo em uma vida asséptica intocável. A segregação espacial entre as elites autoritárias e a população fragilizada se expressa também como uma separação jurídico-política regida pela invisibilidade dos corpos indesejados, efêmeros e economicamente inviáveis.

Chamamos de “fascista” toda figura que apresenta traços autoritários na sua conduta, imprecisão semântica bastante perigosa pois impede a compreensão precisa não apenas desse sistema político-ideológico como também os traços de sua personalidade social. O Fascismo não foi extinto após a vitória dos “Aliados” na Segunda Guerra Mundial, essa é uma afirmação terrível, mas que é a pura verdade. O dito “mundo livre” absorveu importantes quadros dos grandes escalões fascistas em setores estratégicos do poder governamental. Tal fato já evidencia que o processo de desnazificação político-ideológico ocorreu de maneira espetaculosa sem aniquilar de vez a grande serpente fascista. Após o fim da Guerra Fria acreditou-se que adentraríamos na grande era da hegemonia da Democracia Liberal, caracterizada pela defesa incondicional do livre-mercado, da liberdade civil e da constitucionalidade republicana. No entanto, essa grande esperança não se realizou e a marcha para o progresso rumo ao melhor apresenta seus desvios e acidentes. As tecnologias da informação que engendraram o fenômeno da Cibercultura, não obstante os inegáveis avanços comunicacionais, não conseguiram fomentar uma grande associação mundial de interlocutores. O negacionismo científico granjeia adeptos contumazes. Os ódios étnicos ameaçam a seráfica paz mundial. A globalização é uma grande dupla face de Jano.

O Estado de Exceção se consolida como a grande distopia do colapso da Modernidade. Liberdade, para o amante da arbitrariedade, consiste em se submeter ao poder soberano e aceitar os seus comandos verticalizados. Liberdade é assim uma palavra vazia que somente é aprovada enquanto processo de consumo de mercadorias e de supressão dos direitos civis em nome da mitificação de uma ordem social calcada na sacralidade da família patriarcal e na propriedade privada. Liberdade para ter e não liberdade para ser, ser mais. Nesse dispositivo economicista, somente é livre aquele que é capaz de comprar direitos e assim não ser importunado pela violência estrutural de um poder disciplinar que padroniza integralmente a vida humana em organizações rígidas de fiscalização, uniformidade e controle dos corpos e das mentes. Produzir incondicionalmente para que não se pense, pois pensar é uma ameaça contra o establishment autoritário. Nada de liberdade social, nada de liberdade de costumes, pois tal qualidade de liberdade é promotora da singularização humana mediada pela convivência mundanizada, ou seja, um perigo para o déspota que anseia pelo silêncio da sociedade. No fundo, a liderança autoritária deseja governar mortos, pois estes estão fisicamente emudecidos e não atrapalham o fluxo do poder financeiro que sustenta as bases materiais dessa soberania necrófila.

O projeto racional-iluminista de construção de uma governabilidade constitucional jamais realizou plenamente sua potencialidade democrático-republicana de instauração do paradigma comum e da afirmação incondicional da dignidade da pessoa humana. Os benefícios do Iluminismo apenas foram ofertados para uma parte ínfima da grande massa humana espalhada pelo globo. Racismo, colonialismo e xenofobia conviveram convenientemente com o discurso apologético de uma racionalidade soberana pretensamente capaz de libertar o ser humano de todo tipo de entrave material e ideológico. O poder das ideias também vem acompanhado do poder das armas e do poder financeiro. Com efeito, mesmo a mais pujante sociedade esclarecida erigiu seu tecido estrutural a partir da lógica do mercado, e com isso se evidenciou da maneira mais crua a contradição entre a esfera pública e os interesses autocentrados das corporações privadas influenciadoras das decisões políticas. A governança moderna, não obstante seus avanços civilizacionais em relação ao arbítrio obscurantista e absolutista do Antigo Regime, é, no fundo, uma governança submetida ao poder do capital, circunstância que se configura então como uma democracia meramente formal. Tal é a grande objeção que fazemos aos fundamentos da democracia liberal, dissociada de uma substantiva participação popular nos seus rumos

cotidianos. O formalismo jurídico não é capaz de ratificar a genuína soberania popular na condução autônoma da coisa pública, e assim os experts se apropriam da máquina governamental, exercendo seu poder político com a legitimidade constitucional que lhes é outorgada graças aos ritos institucionais.

Vivemos, conforme a substantiva interpretação de Diego Reis, não apenas sob o risco do colapso ambiental que ameaça o futuro da nossa biosfera, mas também sob o risco da implosão social. As forças autoritárias incrustadas nas governanças não agem na surdina para ratificarem o grande golpe definitivo contra a esquálida democracia que ainda vigora, mas articulam o caos social com toda pompa e circunstância, e ficamos apenas na condição de espectadores diante dessa ameaça contra as nossas instituições democráticas. No entanto, as forças avassaladoras da destrutividade necrófila não são contidas com palavras de ordem, notas de repúdio ou mesmo ações tecnocráticas do poder judiciário. Necessitam de uma contraposição efetiva dos corpos vivos da democracia popular que nasce do amor multitudinário pela liberdade real, a liberdade de amar a vida, amar o outro, amar o mundo.